

Adoecimento docente e políticas educacionais no Brasil: reflexões a partir de uma revisão sistemática

Teacher illness and educational policies in Brazil: reflections based on a systematic review

Enfermedad docente y políticas educativas en Brasil: reflexiones a partir de una revisión sistemática

Chiara Villa Chagas¹

Soraya Nunes dos Santos Pereira²

Solange Franci Raimundo Yaegashi³

Resumo: O artigo busca compreender os impactos das políticas educacionais brasileiras sobre o processo de adoecimento docente, com base em uma revisão sistemática da literatura. Foram examinados cinco estudos desenvolvidos em universidades públicas, que evidenciam como o modelo neoliberal, orientado pela produtividade e pela racionalização da gestão escolar, intensifica a precarização do trabalho docente e contribui para o adoecimento físico e psíquico dos professores. Os principais fatores apontados incluem sobrecarga de trabalho, perda de autonomia, esvaziamento dos vínculos coletivos e plataformação do ensino. A análise reforça a necessidade de políticas públicas comprometidas com a valorização docente, a participação democrática e o fortalecimento da educação como prática social emancipatória.

Palavras-chave: políticas educacionais. adoecimento docente. trabalho docente. neoliberalismo.

Abstract: This article seeks to understand the impacts of Brazilian educational policies on teacher illness, based on a systematic literature review. Five studies conducted at public universities were examined, highlighting how the neoliberal model, driven by productivity and the rationalization of school management, intensifies the precariousness of teaching work and contributes to teachers' physical and mental illness. The main factors identified include work overload, loss of autonomy, weakening of collective bonds, and the platformization of teaching. The analysis reinforces the need for public policies committed to valuing teachers, democratic participation, and strengthening education as an emancipatory social practice.

Keywords: educational policies, teacher illness, teaching work, neoliberalism.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6586-113X>. E-mail: chiaravilla2008@gmail.com

² Doutoranda em Educação (Dinter UEM/UERN). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1392-9911>. E-mail: sorayanunes@uern.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual de Maringá. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253>. E-mail: solange fry@gmail.com

Resumen: Este artículo busca comprender el impacto de las políticas educativas brasileñas en la enfermedad docente, a partir de una revisión sistemática de la literatura. Se examinaron cinco estudios realizados en universidades públicas, destacando cómo el modelo neoliberal, impulsado por la productividad y la racionalización de la gestión escolar, intensifica la precariedad del trabajo docente y contribuye a la enfermedad física y mental del profesorado. Los principales factores identificados incluyen la sobrecarga laboral, la pérdida de autonomía, el debilitamiento de los vínculos colectivos y la plataformización de la docencia. El análisis refuerza la necesidad de políticas públicas comprometidas con la valoración del profesorado, la participación democrática y el fortalecimiento de la educación como práctica social emancipadora.

Palabras clave: políticas educativas, enfermedad docente, trabajo docente, neoliberalismo.

Submetido 04/07/2025

Aceito 09/10/2025

Publicado 15/10/2025

Considerações iniciais

A relação entre política, trabalho e adoecimento docente tem sido objeto de investigação ao longo do tempo e em distintas áreas do conhecimento. Benevides Pereira (2003) menciona, por exemplo, os estudos conduzidos por Hans Selye (1907–1982), que tiveram como objetivo analisar os efeitos do estresse sobre o organismo. A partir dessas pesquisas, as ocorrências relacionadas ao estresse passaram a ser amplamente registradas e analisadas, alcançando proporções significativas. Nesse contexto, os conceitos de trabalho e saúde sofreram ressignificações, passando a refletir as configurações socioculturais e econômicas próprias de cada período histórico.

Souza, Yaegashi e Martins (2024, p. 6) apresentam, em seus estudos, o percurso histórico das transformações no conceito de trabalho, evidenciando sua apropriação tanto da natureza quanto da organização da vida social humana. Os autores destacam que o trabalho “transforma simultaneamente a natureza e o ser humano”, indicando a dimensão dialética do processo laboral. Essa perspectiva teórica fundamenta a reflexão proposta neste artigo, cujo objetivo é realizar uma revisão sistemática sobre as políticas educacionais no Brasil e sua relação com o adoecimento docente.

Considera-se que tanto as políticas educacionais quanto o processo de saúde/adoecimento são atravessados pelas transformações sociais e, nesse movimento, impactam o trabalho docente, a autoimagem dos professores e o valor social atribuído à educação. Tal compreensão está alinhada à análise de Esteve (1999), quando afirma que a sociedade contemporânea parece ter perdido a confiança na educação como instrumento de transformação e progresso, o que contribui para que os docentes desenvolvam atividade profissional imersos em um sentimento generalizado de desilusão.

Ao considerar as transformações sociais contemporâneas, torna-se evidente que os conceitos de saúde e trabalho também foram ressignificados ao longo do tempo. A discussão sobre políticas educacionais exige a inclusão desses dois eixos temáticos, visto que tais políticas influenciam diretamente a configuração do trabalho docente, além de criarem condições que podem favorecer o adoecimento dos profissionais da educação.

A concepção de saúde, que antes se restringia ao paradigma dicotômico saúde-doença, característico de períodos históricos como o Paleolítico, foi ampliada. Atualmente, conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946), saúde é compreendida como "um

estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (s/p).

Assim, este artigo adota a compreensão do trabalho humano conforme a análise de Antunes (2020, p. 31), ao reconhecer, de um lado, seu potencial emancipador e transformador, e, de outro, a necessidade de rejeição das formas de trabalho que geram exploração, alienação e sofrimento ao sujeito social, características observadas sob a lógica do trabalho abstrato.

Para a compreensão do adoecimento relacionado ao trabalho, recorre-se ao conceito de saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entendido como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Embora reconhecida sua relevância, tal definição apresenta limitações por desconsiderar fatores como o estilo e o ritmo de vida impostos pela cultura contemporânea, os modelos de organização do trabalho e, sobretudo, os impactos que a natureza desse trabalho exerce sobre os indivíduos.

Este artigo não se propõe a realizar uma análise exaustiva da relação entre as políticas educacionais e o adoecimento docente. No entanto, considera-se que a sistematização do conhecimento já produzido sobre a temática permite visualizar a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas presentes nos estudos da área. Tal esforço possibilita a ampliação da compreensão do fenômeno e a formulação de novas questões que possam orientar investigações futuras.

Nesse contexto, reconhece-se que as transformações sociais impulsionadas pelos avanços do conhecimento alteraram significativamente os sentidos atribuídos ao trabalho, que deixou de ser concebido unicamente como um meio de subsistência para se configurar como uma força capaz de modificar a sociedade e suas formas de organização (Yaegashi et al., 2024). Para compreender esses significados, recorre-se à relação histórica entre espaço e tempo, conforme destacado por Engels (2012), ao afirmar que o trabalho esteve vinculado, ao longo da história, à produção de riqueza e à estruturação de sistemas sociais como o escravismo e o servilismo, uma realidade cujos reflexos ainda podem ser observados, mesmo no século XXI.

Ao destacar a análise do autor supracitado, busca-se evidenciar o desencadeamento de distintas formas de organização do trabalho que contribuíram para o progressivo distanciamento — e, em certo sentido, estranhamento — na relação entre saúde e trabalho. A implementação de modelos produtivos como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo, somada aos efeitos da globalização a partir da década de 1990, resultou no surgimento do que Antunes (2020)

denomina de “novo proletariado de serviços”. Trata-se de uma categoria de trabalhadores inseridos em cadeias produtivas marcadas por condições laborais precarizadas, repressão por estruturas burocráticas estatais, salários reduzidos e crescente supressão de direitos. Nesse cenário, o trabalho adquire a lógica de produção de valor e mais-valor, conforme os moldes do capitalismo contemporâneo.

No campo educacional, a relação entre trabalho e sociedade é regulada pelas diretrizes das políticas públicas, cujas trajetórias sociológicas incidem, de maneira direta e indireta, sobre a prática docente. Tais políticas impõem novos critérios de produtividade, avaliação e organização do trabalho, reconfigurando o cotidiano profissional dos docentes. Não se pode negligenciar que esse panorama está articulado ao modelo geopolítico e econômico dominante, no qual decisões fundamentais são, frequentemente, conduzidas por organizações não governamentais e instituições financeiras. Estas, por sua vez, transferem ao contexto escolar os critérios mercadológicos, impactando não apenas a estrutura do trabalho docente, mas também suas funções e atribuições.

Atualmente, o contexto escolar configura-se como um espaço complexo de relações sociais, culturais e institucionais, em que os professores se encontram submetidos a uma cultura organizacional influenciada pelos preceitos do neoliberalismo. Nesse cenário, a globalização exerce impactos significativos sobre as práticas educacionais brasileiras, impondo lógicas mercadológicas à gestão e à organização do trabalho docente.

Sob essa perspectiva, Pereira e Silva (2018) analisam as relações hierárquicas estabelecidas entre os Organismos Internacionais e o Estado brasileiro, evidenciando as implicações dessas interações no campo da educação.

Com base nessa análise, infere-se que as relações estabelecidas entre organismos internacionais e o Estado brasileiro reverberam de forma significativa sobre a atividade laboral docente. Embora o processo de adoecimento no trabalho seja de natureza subjetiva, ele está profundamente vinculado às condições objetivas em que o trabalho ocorre, às especificidades do ambiente escolar e às atribuições demandadas aos professores no cotidiano institucional.

No século XXI, observa-se que as esferas econômica e política passaram a imprimir na educação uma lógica mercadológica, sob a alegação de promover melhorias na qualidade do ensino. Organizações como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras, exercem crescente influência nas decisões

relativas às políticas educacionais, afetando diretamente aspectos como os sistemas de avaliação, os currículos escolares e as práticas pedagógicas.

Inseridos nessa lógica, os parâmetros que norteiam a sociedade do conhecimento são fortemente pautados em competências, habilidades, produtividade e competitividade individual, critérios que têm impacto direto sobre a saúde física e mental dos professores.

Diante das múltiplas transformações no cenário educacional contemporâneo, emergem questões relevantes sobre o que tem sido produzido em torno da relação entre trabalho e adoecimento docente. Os estudos permanecem restritos a uma concepção de adoecimento enquanto ausência de saúde física e biológica, ou têm incorporado também dimensões subjetivas e emocionais do sofrimento docente? As respostas dos professores investigados refletem apenas alterações de ordem orgânica ou revelam também aspectos afetivos e psíquicos? Há, ainda, nas falas desses sujeitos, articulações explícitas entre o adoecimento e as políticas educacionais que orientam e estruturam sua prática profissional?

São essas algumas das questões que impulsionam a realização da presente revisão sistemática da literatura, cujo objetivo é compreender os impactos das políticas educacionais brasileiras sobre o processo de adoecimento docente, partindo do entendimento de que tanto a saúde quanto o sofrimento psíquico resultam de múltiplas variáveis interligadas às condições concretas de trabalho.

Para alcançar tal propósito, este artigo está organizado em quatro seções principais. A primeira, denominada “Considerações Iniciais”, introduz a temática, contextualizando os conceitos fundamentais e delineando os limites e as possibilidades da abordagem proposta, além de apresentar os fundamentos teóricos e argumentativos que justificam a escolha metodológica pela revisão sistemática. A segunda seção descreve o percurso metodológico adotado na pesquisa. A terceira seção apresenta os resultados da pesquisa por meio de quadros explicativos. A quarta seção traz uma análise dos dados encontrados na revisão de literatura. Por fim, na seção de considerações finais, são destacados os principais achados, bem como apontamentos que suscitam novos questionamentos e possibilidades de investigação acerca da relação entre políticas educacionais e o adoecimento docente.

Metodologia

Para a realização desta revisão sistemática da literatura, cujo foco é a relação entre políticas educacionais brasileiras e o adoecimento docente, foram selecionadas produções acadêmicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A análise crítica dessas produções visou compreender a abordagem da temática nas diferentes áreas do conhecimento, bem como mapear as contribuições teóricas e metodológicas dos estudos existentes.

A coleta de dados foi realizada sem recorte temporal, considerando, portanto, todas as publicações disponíveis no referido banco de dados, independentemente do ano de defesa. Inicialmente, foram utilizados como descritores os termos "políticas educacionais brasileiras" e "adoecimento docente", com a aplicação de aspas para buscar a correspondência exata da expressão. Contudo, essa estratégia não resultou em registros compatíveis.

Diante disso, optou-se por remover as aspas (operador booleano), o que possibilitou a recuperação de seis resultados, sendo quatro dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. Desses estudos, foram selecionados aqueles que abordavam de forma explícita a temática das políticas educacionais em articulação com o processo de adoecimento de professores. Todos os resultados passaram por uma triagem inicial com base na leitura dos resumos, etapa na qual um estudo foi excluído por apresentar uma abordagem temática distante dos objetivos da presente pesquisa, embora contivesse os descritores utilizados.

Assim, o corpus final desta revisão é composto por cinco trabalhos acadêmicos, os quais foram submetidos a uma análise qualitativa a fim de identificar categorias, tendências e lacunas no campo investigado.

Para sistematizar a análise do corpus selecionado, foram definidos cinco critérios orientadores que permitiram uma leitura estruturada e comparativa das produções examinadas: 1) Instituições de origem: identificação das universidades às quais os estudos estavam vinculados; 2) Distribuição temporal e por área de concentração: organização dos trabalhos com base no ano de defesa e na área do conhecimento a que pertencem; 3) Dimensão teórico-metodológica: categorização do tipo de pesquisa (qualitativa, quantitativa ou mista), dos procedimentos de coleta de dados adotados e dos métodos de análise utilizados; 4) Causas e consequências do adoecimento docente: levantamento dos principais fatores apontados como desencadeadores do adoecimento e das repercussões na vida profissional e pessoal dos

docentes; 5) Políticas públicas em destaque: identificação das políticas educacionais mais citadas como objeto de análise e sua correlação com os processos de adoecimento descritos nos estudos.

A partir dos critérios previamente estabelecidos, procedeu-se à leitura integral e à análise das produções selecionadas, o que possibilitou a identificação de elementos centrais relacionados à temática investigada, bem como a construção de um panorama abrangente das abordagens teóricas e metodológicas presentes nos diferentes estudos.

Resultados

Os resultados serão apresentados em quadros, com o objetivo de sistematizar os dados obtidos na revisão da literatura e tornar mais clara a identificação dos elementos analisados.

No que se refere à distribuição das pesquisas por instituição, conforme o Critério 1 estabelecido, observou-se que os estudos selecionados foram desenvolvidos em diferentes instituições de ensino superior, públicas e federais.

O Quadro 1 apresenta a relação das instituições às quais os trabalhos estavam vinculados, juntamente com o tipo de produção (dissertação ou tese):

Quadro 1 - Distribuição das pesquisas por instituição.

Instituição/Região	Tipo		Esfera Administrativa		
	Dissertação	Tese	Federal	Estadual	Privada
Universidade Federal do Pará (UFPA) Região Norte	2		2		
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) Região Sudeste		1		1	
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Região Sudeste		1		1	
Universidade Estadual de Maringá (UEM) Região Sul	1			1	
Total	3	2	2	3	0

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Conforme análise do Quadro 1, verifica-se que quatro instituições diferentes foram responsáveis pela produção dos estudos selecionados, com destaque para a Universidade Federal do Pará (UFPA), que contribuiu com dois trabalhos, ambos orientados pela mesma docente, o que evidencia uma linha de pesquisa consolidada sobre a temática naquela instituição.

Quanto à distribuição geográfica, observou-se uma relativa diversidade regional: dois estudos foram desenvolvidos na Região Norte, dois na Região Sudeste e um na Região Sul. Não foram encontrados estudos nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Em relação à natureza da produção acadêmica, identificaram-se três dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, o que aponta para um interesse crescente da pós-graduação *stricto sensu* no aprofundamento do debate sobre a relação entre políticas educacionais e o adoecimento docente.

No que se refere à tipologia institucional, dois estudos foram realizados em universidades federais e três em instituições estaduais, o que revela um equilíbrio na produção entre diferentes esferas da educação superior pública no Brasil.

Quadro 2 – Distribuição por Ano de defesa e Área de Concentração

Ano de Defesa	Área de Concentração
2009	Educação
2010	Políticas Públicas e Formação Humana
2011	Educação
2021	Ciências da Saúde
2023	Educação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

No que diz respeito à distribuição temporal dos estudos (Critério 2), constatou-se por meio do Quadro 2, que os cinco trabalhos analisados foram defendidos em anos distintos, com uma concentração no período entre 2009 e 2011. Após esse intervalo, identificou-se uma lacuna de dez anos (2011–2021) sem registros de produções, dentro dos critérios adotados para esta revisão, que abordassem diretamente a correlação entre políticas educacionais e o adoecimento docente.

Essa ausência de estudos ao longo de uma década é particularmente significativa quando se considera que o referido período foi marcado por profundas mudanças nas políticas educacionais brasileiras, tanto em termos legais quanto estruturais. Em 2006, por exemplo, foi alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que passou a estabelecer a obrigatoriedade de nove anos de duração para o Ensino Fundamental (Brasil, 1996).

Em 2007, foi criado o Programa Mais Educação (Portaria Ministerial nº 17/2007), que ampliou a jornada escolar dos estudantes por meio da educação em tempo integral, gerando novas demandas para as instituições e, conseqüentemente, para os docentes (Brasil, 2007a).

No mesmo ano, foi instituído o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cuja proposta incluía a articulação de esforços para a melhoria da qualidade da Educação Básica (Brasil, 2007b). Vinculado a ele, o Decreto nº 6.094/2007 estabeleceu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, e, como parte desse compromisso, foi lançado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), voltado à mensuração do desempenho das escolas públicas e privadas. Também nesse contexto, foi criado o Plano de Ações Articuladas (PAR), com o intuito de oferecer suporte técnico e financeiro aos entes federados para o planejamento e execução de políticas educacionais (Brasil, 2007c).

Essas transformações impuseram novas exigências à prática docente, o que torna ainda mais relevante a escassez de estudos, no período analisado, que tratem das implicações dessas mudanças sobre a saúde e o adoecimento dos professores.

O fortalecimento das diretrizes propostas por organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), consolidou uma política educacional orientada pelo paradigma das competências e habilidades, promovendo alterações substanciais na prática docente. Essa lógica tecnocrática de formação e avaliação do trabalho do professor impacta diretamente sua autonomia pedagógica, seus processos de subjetivação e, conseqüentemente, suas condições de saúde (Pereira, 2018; Novaes; Ximenes, 2024).

Não é necessário um esforço analítico excessivo para identificar as convergências entre as diretrizes presentes nos documentos oficiais e a crescente incidência de adoecimento entre os professores. Esses impactos podem ser constatados mesmo sem considerar fatores que extrapolam o ambiente escolar e os textos normativos, como o assédio moral, a violência nas

escolas, as pressões familiares, a ruptura dos espaços de sociabilidade e lazer, entre outros elementos que também influenciam significativamente a saúde do docente (Piolli; Silva; Heloani, 2015; Martins, 2025).

Nesse sentido, a lacuna temporal identificada nesta revisão, compreendida entre 2011 e 2021, coincide com o período de implementação e adaptação às reformas educacionais estruturadas por essa nova ordem internacional. Trata-se de um momento de intensas transformações no campo educacional brasileiro, marcado por reconfigurações curriculares, redefinição das funções docentes, aproximações com modelos gerencialistas e, simultaneamente, distanciamentos dos princípios fundantes da educação como um direito social e um bem público.

O estudo mais recente identificado na linha do tempo foi defendido em 2023 e abordou os impactos provocados pela pandemia de Covid-19, que ocasionaram mudanças abruptas nos processos de ensino e aprendizagem, não apenas no Brasil, mas em escala global. Essa pesquisa corrobora a compreensão de que o período pandêmico, compreendido entre 2020 e 2023, conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), afetou significativamente o trabalho docente, bem como o desenvolvimento pedagógico dos estudantes. Nesse sentido, é plausível considerar que, em um futuro próximo, novas produções acadêmicas venham a ser cadastradas, ampliando a discussão sobre as implicações da pandemia no processo de adoecimento dos professores, diante das condições excepcionais enfrentadas nesse período.

Em relação à área de concentração dos estudos analisados, verificou-se que três produções estão vinculadas à área da Educação, uma à área de Políticas Públicas e Formação Humana e outra à Ciências da Saúde. Esses dados indicam que a temática do trabalho docente e seu adoecimento transcende os limites da área educacional, sendo objeto de interesse de outros campos do conhecimento. Isso revela a complexidade do fenômeno, uma vez que as transformações nas escolas e no exercício da docência estão diretamente conectadas às mudanças estruturais da sociedade e do mundo do trabalho.



Quadro 3 – Dimensão teórico-metodológica

Tipo de pesquisa		Coleta de Dados			Análise dos dados			
Campo	Documental	Entrevista	Dados eletrônicos	Documentos Oficiais	Abordagem em construção social da Grounded Theory	Análise de Conteúdo	Análise de Discurso	Não apresentou no resumo
3	4	3	1	4	1	2	1	3

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

No Quadro 3, observa-se que as produções analisadas se organizaram em diferentes abordagens metodológicas (Critério 3). Houve a predominância de pesquisas mistas, totalizando três estudos que combinaram pesquisa de campo com análise documental. Além disso, foram identificadas duas pesquisas exclusivamente documentais, totalizando quatro pesquisas com base documental, incluindo as que compuseram abordagens mistas.

No que se refere à coleta de dados, os estudos de abordagem mista utilizaram entrevistas com docentes e análise de documentos oficiais, enquanto os estudos exclusivamente documentais se restringiram à análise de documentos normativos e institucionais.

Em relação aos procedimentos de análise de dados, destaca-se que um estudo adotou a abordagem construcionista social da Grounded Theory (GT). Conforme esclarece Silva (2022), a Grounded Theory permite a construção de teorias fundamentadas nos dados coletados, por meio de um processo iterativo que envolve coleta, comparação e interpretação contínua de dados, favorecendo a compreensão aprofundada do fenômeno investigado. Apesar de ser amplamente utilizada em pesquisas qualitativas em outros contextos, seu uso no Brasil ainda é considerado incipiente.

Ainda quanto à análise dos dados, foi identificada a aplicação de análise de conteúdo e análise de discurso em um estudo, enquanto outro utilizou apenas a análise de conteúdo. Importa ressaltar que três dos estudos analisados não especificaram, nos resumos disponíveis,

o procedimento adotado para a análise dos dados, o que limita a avaliação mais precisa da consistência metodológica dessas produções.

No que diz respeito ao uso do referencial teórico, constatou-se que apenas dois dos cinco estudos analisados apresentaram, de forma explícita em seus resumos, os fundamentos teóricos que orientaram as discussões. Os demais três estudos não indicaram o referencial adotado, limitando-se à exposição do problema de pesquisa, dos objetivos e do percurso metodológico.

Embora os resumos desses trabalhos tenham delineado o desenho da pesquisa e apresentado os elementos estruturantes da investigação, a ausência da explicitação do referencial teórico representa uma limitação, sobretudo considerando a função do resumo acadêmico. Nesse sentido, Ferreira (2002) ressalta que o resumo deve expandir as informações da pesquisa, divulgar seus principais elementos e facilitar o acesso ao conteúdo pelo leitor, o que, na prática, nem sempre ocorre.

Ressalta-se que a presença de um referencial teórico claro e consistente é fundamental para qualquer estudo científico, uma vez que ele oferece ao pesquisador os instrumentos conceituais e operacionais necessários para a análise do objeto de estudo. Além disso, é por meio do referencial que se estabelecem as propriedades descritivas, explicativas e preditivas da investigação, permitindo a construção de um corpo de conhecimentos sistematizado e avançado.

Quadro 4 – Causas e Consequências do Adoecimento docente.

Causas e Consequências do Adoecimento docente
Precarização do trabalho docente
Insegurança nos processos de ensino
Adoecimento pela plataformização do trabalho docente
Restrições do Estado
Gestão deficitária (reflexo das políticas neoliberais)
Descompassos na prática docente,
Vivências de repercussões na vida pessoal dos professores causadas pelo trabalho
Afastamentos
Intensificação do trabalho
Competitividade

Isolamento
Adoecimento psíquico
Alienação dos trabalhadores/docentes

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O Quadro 4 apresenta as principais causas e consequências do adoecimento docente, conforme identificado nos estudos analisados (Critério 4). Essa categoria foi eleita como uma das mais relevantes desta revisão, uma vez que evidencia, de forma concreta, a inter-relação entre as políticas públicas educacionais e o processo de adoecimento dos professores. Os dados levantados revelam que, embora os documentos oficiais atribuam centralidade ao papel do professor na efetivação das políticas educacionais, acabam, paradoxalmente, por reforçar uma concepção alienante do trabalho docente, típica da lógica do modo capitalista de produção, que intensifica as pressões, a sobrecarga e o desgaste físico e emocional desses profissionais.

O trabalho docente configura-se como uma atividade multifacetada e complexa, pois qualquer ação realizada pelo professor é mediada por uma unidade psicológica que mantém vínculos com o contexto social. Esse contexto, no entanto, não se restringe ao espaço da sala de aula. Ao contrário, engloba uma gama extensa de responsabilidades e atribuições, tais como: gestão escolar, planejamento pedagógico, elaboração e execução de projetos, participação em comissões e conselhos, envolvimento em discussões coletivas sobre temas complexos (como currículo e avaliação), organização de eventos escolares e campanhas, parcerias interinstitucionais, além de um volume expressivo de tarefas burocráticas (Araujo et al., 2024; Alves; Silva; Jucá, 2025).

Muitas dessas demandas extrapolam os limites da formação docente e impõem ao professor cargas de trabalho que vão além das competências estritamente pedagógicas, gerando impactos diretos na sua saúde física e mental. Essa realidade foi constatada de maneira recorrente nos estudos analisados, reforçando o entendimento de que o adoecimento docente não se reduz a um fenômeno individual, mas constitui um reflexo direto das condições estruturais e institucionais do trabalho.

Essa leitura encontra respaldo nos apontamentos de Piovezan e Dal Ri (2019, p. 18), que destacam:

Um dos maiores problemas da categoria docente nas últimas três décadas é o excesso de trabalho e a falta de tempo para dedicar-se ao aprimoramento na profissão [...]. O período destinado ao trabalho e o período dedicado à sua vida privada se entrelaçam de tal modo que o profissional trabalha durante o seu horário de almoço, jantar, nas madrugadas, feriados e finais de semana.

As políticas educacionais contemporâneas têm contribuído para a fragilização da carreira docente, a ponto de comprometer a percepção de sentido pessoal que os professores atribuem ao exercício profissional, em relação ao valor social de sua atuação. Essa desconexão entre a dimensão subjetiva do trabalho e sua finalidade social aprofunda o sentimento de desvalorização e desamparo entre os docentes.

As produções analisadas nesta revisão sistemática evidenciam, de forma recorrente, as condições objetivas de trabalho e a sua crescente precarização. Embora o foco declarado dos estudos seja o adoecimento docente, os dados revelam que, em grande medida, os pesquisadores se concentram em descrever os fatores estruturais que impactam negativamente a profissão, ao invés de abordarem diretamente as manifestações subjetivas do adoecimento, como sofrimento psíquico, desgaste emocional ou transtornos mentais.

Quadro 5 - Políticas públicas mais citadas como objeto de análise e Correlação dos processos de adoecimento.

Políticas Públicas citadas nos estudos
Projeto Político Pedagógico da Escola
Programas na Educação do Governo do Estado do Pará
Base Nacional Comum Curricular
Referencial Curricular da Rede Estadual Paranaense
Currículo Priorizado da Rede Estadual de Ensino (Paraná)
Política de Avaliação da CAPES
Anais ANPED

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O Quadro 5 evidencia as políticas educacionais mais citadas como objeto de análise nos estudos analisados (Critério 5).

Na área educacional, diversas reformas foram implementadas ao longo das últimas décadas; no entanto, muitas delas não se efetivaram na prática cotidiana das escolas, resultando

em frustrações, descompassos e sobrecarga para os professores. Nesse contexto, a atividade docente tem ocupado um lugar cada vez mais marcado pelo desgaste físico e emocional, bem como por processos de adoecimento. As análises dos estudos incluídos nesta revisão sistemática revelaram a presença de diferentes documentos normativos que traduzem as diretrizes das políticas educacionais e evidenciam, em sua lógica tecnocrática e gerencialista, elementos estruturais que se apresentam como causas recorrentes do adoecimento docente.

A centralidade conferida aos parâmetros de eficiência, produtividade e desempenho, orientados por indicadores como o IDEB, impõe aos professores o desafio de atuar em ambientes altamente competitivos e com múltiplas demandas. Nesse cenário, observa-se o acúmulo de funções e responsabilidades que, muitas vezes, ultrapassam os limites da formação pedagógica e extrapolam as atribuições historicamente associadas ao magistério. Essa intensificação do trabalho implica a realização de atividades que excedem os saberes e habilidades inerentes ao exercício da docência, contribuindo para a desvalorização profissional e a precarização das condições laborais.

A trajetória da educação brasileira é marcada por um discurso neoliberal cada vez mais difundido, cuja presença se faz sentir tanto no setor público quanto no privado. A crescente atuação do setor privado na formulação e implementação de políticas educacionais modifica o modo de ser e de fazer do professor, interferindo diretamente em sua identidade profissional e nos sentidos atribuídos ao seu trabalho.

Segundo Peroni (2020), o processo de privatização da educação no Brasil teve impulso com o Movimento Todos pela Educação, e encontra respaldo em iniciativas como os Programas Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e outros, referenciados por autores como Bernardi, Uczak e Rossi (2018), Martins (2013), Comerlatto e Moraes (2013) e Rodrigues (2018).

De forma explícita, documentos de organismos internacionais, como o Banco Mundial (2017), atribuem aos professores a responsabilidade pelos baixos índices educacionais, afirmando que são "mal formados, mal contratados e responsáveis pela ineficiência do sistema educacional", reforçando um discurso culpabilizante que desconsidera os contextos reais de trabalho e os determinantes estruturais da crise educacional.

Importa destacar que a vinculação entre políticas educacionais e recursos financeiros remonta à Constituição de 1934, mas foi profundamente reconfigurada por marcos normativos

recentes, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (2006), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) e o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi, 2014). Além disso, legislações como a Lei 13.429/2017, que trata da terceirização, e a Lei 13.467/2017, que flexibiliza direitos trabalhistas, institucionalizam uma nova ordem no fazer pedagógico, impactando diretamente a organização do trabalho docente e a vida pessoal dos professores (Oliveira, 2023).

Essas transformações, longe de se restringirem ao campo normativo, produzem efeitos concretos sobre o cotidiano escolar, exigindo dos docentes não apenas adaptação técnica, mas também resistência subjetiva frente às pressões externas e às contradições impostas por uma lógica educacional orientada por interesses mercadológicos.

Análise dos dados encontrados: o que conhecemos por meio da revisão dos estudos

Nesta seção, apresenta-se uma análise qualitativa dos cinco estudos identificados por meio dos descritores “políticas educacionais brasileiras” e “adoecimento docente”. A seleção e análise foram realizadas com base na leitura dos resumos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Para cada estudo, serão apresentados o título, os objetivos, os principais resultados e as conclusões, conforme indicados nos próprios resumos. Ressalta-se que os demais elementos já foram discutidos anteriormente nos quadros sintéticos.

O primeiro estudo analisado refere-se à dissertação de Reis (2009), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa teve como objetivo central analisar as possíveis relações entre o trabalho docente e a saúde dos professores, considerando o contexto das transformações ocorridas na gestão da Escola Bosque, no período de 1996 a 2006.

De forma mais específica, o estudo propôs-se a: a) analisar as relações estabelecidas entre os docentes e a gestão pedagógica da escola; b) investigar se as mudanças na gestão institucional contribuíram para o adoecimento e/ou afastamento dos professores; c) examinar as políticas de atendimento à saúde docente implementadas pela Secretaria Municipal de Educação.

A dissertação apresenta uma reflexão crítica sobre os impactos das mudanças organizacionais na saúde dos profissionais da educação, oferecendo subsídios relevantes para compreender a articulação entre as políticas de gestão escolar e as condições de trabalho e saúde

dos docentes. Ao evidenciar essas relações, o estudo contribui para o debate sobre os efeitos das reformas administrativas e das transformações na condução pedagógica sobre o cotidiano dos professores.

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, articulando análise documental e pesquisa de campo. Na etapa documental, a autora examinou legislações, diretrizes e programas educacionais elaborados pelos governos municipais durante dois períodos de gestão: os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), de 1997 a 2004, e os dois primeiros anos da administração do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no município de Belém/PA. Essa análise permitiu contextualizar as transformações na gestão da Escola Bosque à luz das políticas públicas locais.

Na fase de campo, a autora conduziu entrevistas com docentes e coordenadores pedagógicos da referida escola, com o intuito de compreender as relações entre o trabalho docente e as práticas de gestão institucional. Os relatos permitiram identificar percepções e experiências relacionadas ao adoecimento, às condições de trabalho e à dinâmica organizacional, revelando como as mudanças estruturais e administrativas influenciaram diretamente a vivência profissional dos professores.

Como resultado de sua investigação, a autora identificou uma possível correlação entre a gestão educacional e as dinâmicas vivenciadas no contexto da Escola Bosque, relação que se estende aos casos de adoecimento e afastamento de docentes nessa instituição. A partir dos depoimentos coletados com professores e coordenadores pedagógicos, analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, a pesquisa revelou que o ambiente organizacional instaurado na Fundação Escola Bosque teria contribuído, de alguma forma, para o desencadeamento ou agravamento de condições de saúde entre os profissionais da educação atuantes naquele espaço.

Diversos fatores emergiram como recorrentes nas falas dos participantes e foram destacados como elementos significativos de desgaste físico e emocional. Entre eles, destacam-se: a permanência prolongada na escola, com carga horária excessiva; níveis elevados de cobrança e exigência de desempenho; a presença de uma cultura de produtivismo acadêmico; a restrição à autonomia docente; a falta de tempo para o autocuidado; o medo constante de "devolução" (transferência de local de trabalho como forma de punição velada); a desvalorização profissional; a atuação de forças político-partidárias que influenciavam diretamente o cotidiano escolar; e uma percepção intensificada das pressões institucionais, que

acentuava a sensação de cobrança individual. Além disso, o estudo apontou a existência de relações interpessoais conflituosas entre docentes e a equipe gestora, o que também contribuiu para a construção de um ambiente de trabalho tenso e propício ao sofrimento psíquico. Assim, a dissertação evidencia como as políticas de gestão escolar e as condições institucionais específicas podem impactar negativamente a saúde docente, apontando para a necessidade de repensar modelos organizacionais que favoreçam o bem-estar no ambiente escolar.

O segundo estudo, desenvolvido por Ávila (2010), propõe-se a investigar as configurações contemporâneas do trabalho docente no ensino superior brasileiro, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, buscando compreender suas conexões com as dinâmicas mais amplas da acumulação capitalista, isto é, com a totalidade das relações capitalistas de produção que permeiam o setor educacional.

A pesquisa, apresentada como dissertação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitula-se “Mercantilização do ensino superior: as consequências das mudanças produtivas para os docentes de ensino superior”. O estudo adota uma abordagem documental e tem como objeto de investigação a produção acadêmica apresentada nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 1996 a 2008.

A partir da análise dos trabalhos aprovados nesses eventos, o autor examina como os processos de mercantilização do ensino superior, impulsionados por transformações no mundo do trabalho e pelas exigências do modelo neoliberal, vêm alterando significativamente as condições de atuação dos professores universitários. O estudo problematiza as formas de precarização, intensificação do trabalho e esvaziamento da dimensão crítica da docência, associando tais fenômenos às reconfigurações do sistema produtivo capitalista e aos mecanismos de controle e racionalização que têm penetrado o espaço acadêmico.

Com base na Teoria da Análise de Conteúdo e na Teoria da Análise do Discurso, o estudo revelou que a produção acadêmica analisada evidencia um processo crescente de inserção dos imperativos do capital no campo educacional. Nesse cenário, o sistema educacional passa a operar segundo uma lógica que favorece a valorização e a manutenção do capital, o que se concretiza, paradoxalmente, por meio de mecanismos como a divisão entre os sujeitos, o aniquilamento dos vínculos coletivos, a competitividade, o isolamento e, como consequência direta, o adoecimento psíquico e a alienação dos trabalhadores da educação.

O estudo destaca que, quando os vínculos de solidariedade e cooperação entre os sujeitos são sistematicamente rompidos, instaura-se um vazio relacional, frequentemente preenchido por sentimentos como medo, indiferença e ressentimento — afetos que passam a caracterizar as interações entre indivíduos que perderam o sentido de pertencimento a uma coletividade. Nesse contexto, a autora ressalta que a incapacidade de estabelecer relações intersubjetivas pautadas na confiança e na colaboração contribui para o isolamento dos trabalhadores, que passam a se constituir de maneira cada vez mais individualizada.

Segundo a análise, essa fragmentação não é acidental, mas sim funcional aos objetivos do capital, que busca compartimentar em vez de unificar, minando as formas coletivas de resistência e a construção de identidades profissionais solidárias. A autora conclui, de maneira enfática, que o trabalho só se torna um meio de realização pessoal e subjetiva quando é vivido na e pela coletividade. Sem essa dimensão coletiva, o trabalho perde seu caráter humanizador e transforma-se em mais um vetor de sofrimento.

O terceiro estudo, desenvolvido por Mota Júnior (2011), corresponde à dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulada “Os impactos do sistema ‘CAPES’ de avaliação sobre o trabalho docente na pós-graduação: o caso da UFPA”. O objetivo central da pesquisa foi analisar os efeitos do sistema de avaliação da pós-graduação, conduzido pela Capes, sobre o trabalho docente no âmbito da UFPA.

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, combinando análise documental e pesquisa de campo. Na fase documental, o autor examinou os principais instrumentos normativos e diretrizes oficiais referentes à política nacional de avaliação da pós-graduação, buscando compreender sua estrutura, critérios e orientações. Já na etapa empírica, realizou entrevistas com professores vinculados a três programas de pós-graduação da universidade, a fim de captar suas percepções, experiências e impactos concretos dessa política sobre suas práticas acadêmicas.

O estudo oferece importantes contribuições para a compreensão crítica das demandas e pressões que recaem sobre os docentes da pós-graduação em decorrência do modelo avaliativo da CAPES, revelando como esse sistema influencia diretamente a intensificação do trabalho, o produtivismo acadêmico e as condições de saúde e subjetividade dos professores.

Os resultados do estudo indicam que o sistema de avaliação da pós-graduação, coordenado pela Capes, configura-se como uma expressão concreta da nova lógica de regulação

educacional na América Latina. Esse modelo atribui centralidade ao trabalho docente nos processos avaliativos institucionais, responsabilizando os professores pelos resultados obtidos pelos programas com base em critérios alheios à dinâmica interna da produção do conhecimento científico, critérios, muitas vezes, formulados a partir de interesses externos, como os ditames do mercado e de organismos internacionais.

Essa lógica avaliativa gera impactos profundos sobre o cotidiano acadêmico. De acordo com os achados da pesquisa, ela provoca uma intensificação do trabalho docente, marcada por um surto produtivista sem precedentes, que impõe metas de publicação, produtividade e desempenho incompatíveis com os tempos reais de maturação da pesquisa. Como consequência, observa-se a precarização das condições de produção acadêmica e o aumento de casos de adoecimento físico e mental entre os professores, especialmente devido à pressão contínua por resultados e à sobrecarga de tarefas.

No interior da instituição de ensino, os efeitos dessa política avaliativa também se fazem sentir de forma estrutural. O estudo aponta para uma transformação no ethos institucional e na identidade das universidades, cuja cultura acadêmica tem sido progressivamente moldada por parâmetros de desempenho, competitividade e eficiência típicos do setor privado. Em outras palavras, há um movimento de aproximação da universidade pública ao modelo de gestão empresarial, tanto em sua organização e funcionamento quanto em sua atividade-fim, o que compromete a autonomia acadêmica e o sentido formativo mais amplo da educação superior.

O quarto estudo, de autoria de Cunha (2021), corresponde à tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Intitulada “As condições de trabalho docente e o processo saúde-doença: significados e experiências”, a pesquisa teve como objetivo compreender os processos envolvidos na relação saúde-doença de professores da educação básica da rede pública de ensino da cidade de Montes Claros/MG, a partir das vivências subjetivas e das condições objetivas de trabalho desses profissionais.

A tese foi organizada em três estudos inter-relacionados, embora distintos em suas abordagens e objetivos específicos. O primeiro estudo consistiu em uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi mapear a produção científica nacional sobre o uso da Grounded Theory como metodologia de pesquisa em investigações na área da saúde, no período de 2015 a 2020. A busca bibliográfica foi realizada nas bases eletrônicas SciELO, Lilacs e Periódicos

da CAPES, utilizando os descritores “Grounded Theory” e “saúde”. Esse levantamento forneceu o embasamento teórico-metodológico necessário para sustentar as etapas subsequentes da investigação. A opção pela Grounded Theory (Teoria Fundamentada nos Dados) indica a preocupação da autora em compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências de trabalho e adoecimento, valorizando as dimensões qualitativas do fenômeno estudado e a construção do conhecimento a partir da realidade empírica dos professores.

O segundo e o terceiro estudos que compõem a tese foram desenvolvidos por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada no referencial teórico-metodológico do Interacionismo Simbólico, com o objetivo principal de elaborar pressupostos teóricos sobre o adoecimento de professores da Educação Básica da rede pública. Para isso, a autora adotou a Grounded Theory como estratégia de análise, buscando construir uma teoria enraizada nas experiências concretas dos docentes.

A produção empírica desses estudos foi baseada em entrevistas com 19 professores da Educação Básica, todos atuantes em escolas estaduais. As entrevistas iniciais subsidiaram a elaboração do primeiro artigo qualitativo, no qual se buscou compreender os significados atribuídos pelos docentes às suas experiências de sofrimento e trabalho. Em um segundo momento, 12 professores foram entrevistados com o objetivo específico de aprofundar a análise e construir os elementos teóricos centrais da proposta explicativa elaborada pela autora.

Os resultados revelaram que o adoecimento docente está fortemente associado à precarização das condições de trabalho na educação pública, agravada pelas restrições orçamentárias do Estado e por uma gestão escolar deficiente, ambas entendidas como reflexos diretos das políticas neoliberais que têm influenciado a educação brasileira.

Entre os principais fatores identificados como desencadeadores do adoecimento, destacam-se: as tensões constantes nas relações com a comunidade escolar; os descompassos entre as expectativas e as possibilidades da prática docente; os impactos negativos do trabalho na vida pessoal dos professores; e as dificuldades geradas pelas situações pessoais que repercutem na prática profissional. A partir dessas vivências, o estudo evidenciou a existência de um círculo de retroalimentação entre vida pessoal e vida profissional, no qual os desgastes em um campo influenciam negativamente o outro, contribuindo para o processo contínuo de adoecimento físico e psíquico dos docentes.

O autor do estudo reforça a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas especificamente para a promoção da saúde dos professores da educação básica das escolas públicas brasileiras, reconhecendo o papel central que essas ações desempenham na prevenção do adoecimento e na valorização do trabalho docente.

Por fim, o quinto estudo analisado refere-se à dissertação de mestrado de Faxina (2023), intitulada “Políticas públicas educacionais do Estado do Paraná na pandemia da Covid-19: a educação física nos anos finais do ensino fundamental”. O trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A pesquisa teve como objetivo analisar os impactos da pandemia da Covid-19 nas políticas públicas educacionais do estado do Paraná, com ênfase na reestruturação pedagógica do componente curricular de Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental. O estudo buscou compreender as medidas adotadas pela gestão pública no enfrentamento da crise sanitária e suas consequências para o trabalho docente, bem como para os processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano dos estudantes.

A dissertação problematiza o modo como a pandemia acentuou desigualdades já existentes na educação pública, revelando os limites das ações governamentais no que diz respeito à valorização do professor, às condições de ensino e à efetividade das estratégias pedagógicas emergenciais. O estudo evidencia também como a área da Educação Física, frequentemente marginalizada no currículo escolar, foi particularmente afetada durante esse período, sofrendo reconfigurações que impactaram diretamente a prática docente e o engajamento dos alunos.

Como parte da abordagem documental, o autor realizou um levantamento da produção científica brasileira e de estudos bibliográficos com base em fontes clássicas, além de examinar criticamente os seguintes documentos normativos e curriculares: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o Referencial Curricular do Paraná (2020), o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP, 2021) e o Currículo Priorizado da Rede Estadual de Ensino (2021).

A análise evidenciou que, em caráter excepcional, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED-PR) implementou atividades escolares por meio de aulas não presenciais, em formato remoto, como resposta à emergência sanitária imposta pela pandemia da Covid-19. Tal medida foi respaldada pela Deliberação nº 01/2020 do Conselho Estadual de

Educação do Paraná (CEE/PR), que regulamentou as ações educacionais durante o período pandêmico.

O estudo identificou que os documentos curriculares e orientações pedagógicas produzidos durante a pandemia tiveram impactos significativos no trabalho docente, especialmente no que se refere à adaptação às novas condições de ensino remoto. No caso específico do componente curricular Educação Física, os desafios foram ainda mais evidentes, dada a natureza prática e corporal da disciplina.

Os resultados apontam que o ensino remoto e as diretrizes emergenciais afetaram diretamente os processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano, particularmente no que tange às experimentações e práticas corporais associadas às diversas manifestações da Educação Física escolar. A limitação do contato físico e a mediação tecnológica alteraram profundamente a forma como os conteúdos foram desenvolvidos, exigindo dos professores um esforço adicional de adaptação, criatividade e ressignificação de sua prática pedagógica.

O estudo evidenciou dois principais impactos decorrentes da implementação das políticas públicas analisadas. Em relação ao trabalho docente, constatou-se uma intensificação da precarização, marcada pela insegurança nos processos de ensino e pelo adoecimento relacionado à plataformização das práticas pedagógicas, ou seja, à imposição de mediações tecnológicas sem o devido suporte ou preparo. Já no que se refere aos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano dos estudantes, especialmente no componente curricular de Educação Física, observou-se um esfacelamento das práticas educativas, comprometendo significativamente a formação integral dos alunos.

Como conclusão, o autor reafirma que os processos educacionais foram profundamente fragilizados durante a pandemia, especialmente devido à adoção de medidas emergenciais que não consideraram adequadamente as especificidades da prática pedagógica, tampouco promoveram a escuta ativa de professores, alunos e gestores escolares.

Diante desse cenário, o autor enfatiza a urgência de avanços nas políticas educacionais do Estado do Paraná, defendendo a necessidade de romper com a lógica de mercadorização da educação, com a plataformização imposta sem mediação crítica, e com a formulação de políticas alheias à participação democrática dos sujeitos da escola. Para tanto, destaca-se como indispensável um investimento efetivo e consistente na educação pública brasileira, capaz de

garantir condições dignas de trabalho, respeito à autonomia docente e a valorização da escola como espaço de formação humana, e não apenas de transmissão de conteúdos.

Considerações finais

A presente revisão sistemática da literatura analisou cinco estudos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, todos desenvolvidos por universidades públicas brasileiras, com o objetivo de compreender os impactos das políticas educacionais nacionais no processo de adoecimento docente. As evidências analisadas convergem ao indicar que o modelo neoliberal dominante nas políticas educacionais tem gerado efeitos adversos profundos no cotidiano dos professores, independentemente do nível de ensino em que atuam.

Os estudos revelam que a adoção de uma lógica produtivista e mercadológica interfere diretamente nas relações entre docentes e a gestão pedagógica, promove a superexploração e a precarização do trabalho, e impõe restrições estruturais derivadas do recuo do Estado e da gestão deficitária das instituições de ensino. Essa conjuntura tem intensificado o adoecimento entre professores, ao mesmo tempo em que compromete sua autonomia, sua saúde física e mental, e seu sentido de pertencimento à coletividade escolar.

Deve-se destacar que os estudos analisados propõem uma superação da visão estritamente biológica do adoecimento, ao incorporarem uma abordagem ampliada que considera fatores individuais, coletivos e organizacionais no contexto laboral. Em outras palavras, o adoecimento docente é entendido como expressão de um sistema de trabalho desumanizante, marcado pela competitividade, individualização e desintegração das relações interpessoais – aspectos que esvaziam o sentido do trabalho e alimentam a desesperança.

Nesse cenário, os autores reafirmam a necessidade de construções coletivas e democráticas para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à educação. Tais políticas devem ser socialmente referenciadas, emancipatórias e comprometidas com os direitos sociais da classe trabalhadora, buscando romper com práticas alienantes que fragilizam a dignidade e a saúde dos professores.

Por fim, a síntese dos estudos reforça a urgência de resgatar a concepção de democracia como garantia de direitos sociais concretos, por meio de políticas educacionais inclusivas e de qualidade, que não aprofundem a degradação do trabalho docente, mas que o valorizem como fundamento essencial para uma sociedade justa, crítica e humanizada.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica à primeira autora e pelo apoio financeiro à pesquisa intitulada “Mal-estar docente na universidade: estudo sobre o sofrimento psíquico e as condições de trabalho de professores do ensino superior”, coordenada pela Profa. Dra. Solange Franci Raimundo Yaegashi [Processo: 311591/2023-0]. Desta pesquisa mais ampla resultou a elaboração de vários textos, dentre os quais este artigo.

Referências

ALVES, Paula Trajano de Araújo; SILVA, Solonildo Almeida da; JUCÁ, Sandro César Silveira. Tendências do mundo do trabalho no contexto da atividade docente no Brasil. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 1-19, 2025. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/29644>. Acesso em: 06 ago. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAUJO, Francisco Antonio Machado. A precarização do trabalho docente: uma leitura crítica no contexto do capitalismo. **Revista Filosofia Capital**, Brasília, Vol. 20, n. 26, p. 01-26, 2024. Disponível em: <https://www.filosofiacapital.org/index.php/filosofiacapital/article/view/545>. Acesso em: 06 ago. 2025.

ÁVILA, Sueli de Fátima Ourique de. **Mercantilização do ensino superior**: as consequências das mudanças produtivas para os docentes de ensino superior. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Washington, DC:[s.e.], 2017.

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa. O estado da arte do Burnout no Brasil. **Revista Eletrônica InterAção Psy**, Maringá, 1(1), 4-11. 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação no âmbito do Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Seção 1, p. 34.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF: MEC, 2007b.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007c. Seção 1, p. 5. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 6 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 6 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CUNHA, Saulo Daniel Mendes. **As condições de trabalho docente e o processo saúde-doença: significados e experiências.** Tese (Doutorado em Ciências da Saúde), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antonio. **Profissão professor.** Porto, Portugal: Porto Editora, 1999. p. 93-124.

FAXINA, Gustavo Laercio de Sa. **Políticas públicas educacionais do estado do paran  na pandemia da Covid-19: a educa o f sica nos anos finais do ensino fundamental.** Disserta o (Mestrado em Educa o), Universidade Estadual de Maring , Maring , 2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da Arte”. **Educa o & Sociedade**, Campinas: ano XXII, n. 79, p. 257-272, 2002.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento Todos pela Educa o: um projeto de na o para a educa o brasileira.** Disserta o (Mestrado em Educa o), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MARTINS, Reginaldo Neves. Adoecimento mental entre professores no brasil: uma revis o narrativa cr tica sobre causas, consequ ncias e poss veis interven es. **Revista Missioneira**, Santo  ngelo, v. 27, n. 2, p. 3-10, 2025. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/2189>. Acesso em: 06 ago. 2025.

MOTA J NIOR, William Pessoa da. **Os impactos do sistema ‘CAPES’ de avalia o sobre o trabalho docente na p s-gradua o: o caso da UFPA.** Disserta o (Mestrado em Educa o), Universidade Federal do Par , Bel m, 2011.

NOVAES, Carla Benfica Garcez; XIMENES, Salomão Barros. A atuação da OCDE na educação e a manutenção da hegemonia neoliberal: a reforma do ensino médio brasileiro.

Ândé: Ciências e Humanidades, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 1, p. 23–43, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/1081>. Acesso em: 06 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - ONU. Constituição da Organização Mundial da Saúde. In: **Atos das Nações Unidas**, 1946. Disponível em:

<https://www.who.int/about/governance/constitution>. Acesso em: 06 ago. 2025.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. Avaliação de sistemas e política de competências e habilidades da OCDE. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 107–127, 2018. DOI:

10.5212/PraxEduc.v.13i1.0006. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10799>. Acesso em: 6 ago. 2025.

PEREIRA, Rodrigo da Silva; SILVA, Maria Adália. Estado capitalista brasileiro e Organismos internacionais: continuidades e aprofundamentos das reformas educacionais.

HISTEDBR on-line, Campinas, v. 18, n2[76], p. 523-544. Abr/jun. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651372>. Acesso em: 06 ago. 2025.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educ. Sociedade**, Campinas, v. 41, e241697, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/>. Acesso em: 06 ago. 2025.

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto e; HELOANI, José Roberto M. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set.-dez., 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/8qvH6m333VZhyrYCvJQtrF/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

PIOVEZAN, Patrícia Regina; DAL RI, Neusa Maria. Flexibilização e intensificação do trabalho docente no Brasil e em Portugal. Ver. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 44, n. 2, e81355, p. 1-21, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/v6nvnfBBsMC6cKqdpXtXJ3Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2025.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **Gestão, trabalho e adoecimento docente**: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

RODRIGUES, Romir de Oliveira. O público e o privado na educação profissional brasileira: o caso do Pronatec. In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (Orgs.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado**: implicações para a democratização da Educação. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018. p. 190-200.

SILVA, Nuno Miranda e. Grounded theory para iniciantes: contributo para a investigação em educação. Rev. Teorias, Métodos, Pesquisa Educacional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.52, e08563, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kGK38RTqrqPbdG6x6DmV6vM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SOUZA, Sharmilla Tassiana de; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; MARTINS, Etienne Henrique Brasão. Precarização do Trabalho docente: considerações sobre a Educação Especial. **Rev. Int. de Formação de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 9, e024016, p.1-17, 2024.

YAEGASHI, Solange Franci Raimundo Yaegashi et al. Mal-estar, sofrimento e adoecimento dos professores que atuam na pós-graduação stricto sensu. **Notandum**, Maringá, n. 62, e71266. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/view/71266/751375157904>. Acesso em: 06 ago. 2025.